

## DEMOCRACIA PLURIÉTNICA, MUNICÍPIOS E PARLAMENTOS: PRESENÇA E CONSTRUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO INDÍGENA NOS ESPAÇOS POLÍTICOS ELETIVOS BRASILEIROS

*Thiago Antônio Machado de Ávila*

Faz alguns anos que encontramos um posicionamento dos povos indígenas em ir rompendo com processos sociais construídos durante o processo de formação e consolidação do Estado nacional brasileiro, via suas políticas indigenistas oficiais que classificavam esses povos como relativamente incapazes e tuteláveis pelo Estado. Mesmo com um nebuloso passado histórico-etnográfico relativo à resistência organizada indígena frente à invasão de seus territórios e demais abusos, o que dificulta a análise do empenho dos povos indígenas em utilizar a seara política para discutir aspectos de seu interesse, ainda assim é possível compreender a iniciativa desses povos almejarem participarem ativamente dos espaços eletivos da política brasileira.

O foco central deste trabalho é apresentar o fenômeno da busca do movimento indígena em ocupar posições estratégicas da política municipal e federal, baseando-me principalmente nos dados relativos às eleições municipais de 1996 e 2000. Analisar os referidos processos eletivos permitiu uma abordagem mais ampla e fértil, principalmente ao apreender um fenômeno social já corrente em nossa sociedade: a presença indígena na política. Se o Brasil é uma sociedade pluriétnica, deve conseguir abarcar a diversidade sócio-cultural constituinte de seu povo. Movimentos sociais como os indígenas, os negros e os sem-terra encaram os espaços políticos como fundamentais no andamento das ações que atingem seus interesses, desejando participar da esfera decisória da política nacional, tradicionalmente ruralista, elitista, segregadora e conservadora.

Para além de seu objetivo central, esse estudo pretende contextualizar a problemática com perspectivas sociais e históricas derivadas das conflituosas relações entre o Estado brasileiro e os povos indígenas. O próprio movimento indígena amazônico já manifestou o interesse em participar das instâncias políticas locais e federais, principalmente pela relevância das decisões obtidas nas atribuições legislativas para a vida cotidiana dos povos indígenas (COIAB 2002). O presente artigo apresenta algumas contribuições sobre esse tema atual e ainda pouco comentado analiticamente.

\*\*\*

As reflexões e eventuais conclusões que surgirem ao decorrer do trabalho são derivadas principalmente da análise do crescente aumento de indígenas eleitos para ocuparem cargos na política municipal brasileira. Percebida nos pleitos de 1996 e, sobretudo 2000 (Ricardo, 2000: 213-217), esta procura evidencia aspectos interessantes da dinâmica política interétnica no

Brasil, além de apresentar aspectos contemporâneos fundamentais para a compreensão da relação entre indígenas e não-indígenas no âmbito local. Por outro lado, os povos indígenas já evidenciaram seus anseios relacionados à busca por uma representatividade mais efetiva no Congresso Nacional. Houve, por parte do legislativo, uma iniciativa nesse sentido visando assegurar uma vaga de deputado federal destinada aos povos indígenas. Esse Projeto de Emenda Constitucional (PEC 146 / 99), apresentado pelo deputado Antônio Feijão (PSDB-AP) foi concebido no contexto de "comemoração" de 500 anos do Brasil, onde o Estado brasileiro referia-se a uma dívida histórica para com os povos indígenas, obviamente, ainda não reconhecida. A PEC foi rejeitada pela Comissão de Constituição Justiça e Redação baseando-se no argumento que os índios não constituem os únicos grupos sociais com cultura diferenciada da maioria do povo brasileiro (Ramos, 2002: 39)<sup>1</sup>.

Independentemente da qualidade da proposta oferecida pelo deputado Antônio Feijão (PSDB-AP), ela possibilitou a oportunidade de uma resposta dos movimentos indígenas sobre essa questão, o que de fato já vem acontecendo (COIAB 2002). Diversas lideranças indígenas de todas as regiões do Brasil estiveram reunidas em Brasília, entre os dias 18 e 19 de novembro de 2002, para discutir a participação e a representação indígena no parlamento nacional. Esse Seminário Internacional contou com representantes indígenas que ocupam cargos político eletivos na Guatemala, Bolívia e Colômbia. Participaram cerca de 25 vereadores indígenas brasileiros e representantes de 23 organizações indígenas e das principais federações de organizações indígenas do país. Pessoalmente compareceram representantes de 47 povos indígenas brasileiros, além de representantes de ONG's ligada à questão indígena, parlamentares, 6ª Câmara da Procuradoria da República, FUNAI, FUNASA e ativistas da causa indígena. A coordenação política desse seminário foi possibilitada mediante uma articulação entre a Coordenação Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB (Euclides Macuxi), Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo - APOINME (Maninha Xukuru-Kariri) e Coordenadora de las Organizaciones Indigenas de la Cuenca Amazónica - COICA (Sebastião Manchineri).

Os momentos eleitorais brasileiros podem ser entendidos como compostos de duas manifestações distintas. Uma corresponderia às eleições municipais, enfatizando o singular processo eleitoral municipal no Brasil. Esse momento seria mais ligado à execuções de ações. Por sua vez, a segunda etapa realça a política em seu domínio mais amplo: a esfera federal/nacional cuja ocupação primordial é legislativa. Ingenuidade seria considerá-las como independentes uma das outras. Alianças políticas, reciprocidade para com as bases eleitorais, apoio político e troca de favores são os componentes do jogo

<sup>1</sup> Um outro projeto de lei, de autoria do Senador Tião Vianna (PT-AC) e ainda em tramitação, novamente aborda a questão da representatividade indígena no Congresso Nacional. Porém esse projeto de lei dispõe que os "... partidos e coligações partidárias criarão mecanismos de incentivo de candidatura de índios a cargos eletivos, com o fito de atingir um grau de representatividade proporcional à população indígena brasileira ..." (art. 04 in Projeto de Lei - Tião Vianna). A justificativa para tais medidas continua a ser a histórica dívida do Estado brasileiro para com os povos indígenas.

político, acionando a interação “local e nacional” constantemente nesta dinâmica (Bezerra 1999). Portanto a decomposição analítica de processos internos à dinâmica eleitoral municipal pode iluminar compreensões das dinâmicas mais amplas situadas na esfera política federal.

A academia pouco tem percebido o crescente empenho e algumas realizações dos povos indígenas no sentido de obter uma posição mais autônoma frente aos processos que envolvam as comunidades as quais representam. Estudos sobre o fenômeno social da política não são extremamente numerosos e nem tampouco abarcam a complexa gama de possibilidades que tal fenômeno aqui encontra para acontecer. O Brasil é um país cuja política contemporânea dialoga fortemente com um fazer político próximo ‘as práticas da aristocracia rural dominante do ‘espaço’ político colonial. As práticas do voto de cabresto, compra de voto, voto por favor, voto por apadrinhamento, foram maneiras encontradas pela elite dominante para perpetuar-se no poder (Leal, 1975).

Existem estudos sobre o voto e seu simbolismo (Palmeira, 1992), existindo raras reflexões etnográficas sobre o valor e simbolismo que um título de eleitor, o voto e as eleições assumem ao serem interpretados pelos povos indígenas (Cardoso de Oliveira 1996 [1964] e 1978). Segundo esse autor, ao observar a situação Tikuna na década de 1960, “... não é improvável que o status de eleitor venha a adquirir, no futuro, um conteúdo político partidário até agora inexistente...” (1996: 139). Atualmente existem sete representantes Tikuna eleitos nas eleições municipais 2000, sendo três em Benjamim Constant - AM (PSDB, PFL e PTB), três em Tabatinga -AM (dois pelo PMDB e um pelo PL) e um em Santo Antônio do Içá (PSDC).

Outra dificuldade, na análise aqui proposta, é a inexistência de dados precisos quanto à demografia indígena (Azevedo 2000) e, menos ainda, sobre o eleitorado indígena. Para efeito dessa análise, os dados estatísticos referentes às populações indígenas foram disponibilizados pela FUNASA (2000). Tais dados revelam a porcentagem de população indígena em um determinado município, mas não podem indicar necessariamente que essa porcentagem seja revertida em número de eleitores. Uma aproximação pode seguramente acontecer, mas diversos fatores podem fazer que um município com grande população indígena não possua um grande eleitorado etnicamente diferenciado. Por exemplo, podem estar em localidades muito isoladas, podem não ter sentido a necessidade ou oportunidade de obter esses documentos, podem ser municípios com grande número de crianças, ou simplesmente não se envolver na política eleitoral. Todavia é o dado relativo à população indígena disponibilizado e será utilizado neste estudo.

A ambigüidade quanto ao que é ser indígena também auxilia a compreender a falta de informações sobre índios e eleições. O Estado nacional sempre procurou “isolar” os povos indígenas e assimilá-los inevitavelmente ao contingente populacional “brasileiro”. Esse Estado que visava criar as condições propícias à incorporação dos indígenas à população nacional, não o alcançou plenamente tanto pela ineficiência do modelo estatal em atingir plenamente seus objetivos como pelas estratégias de resistência indígena.

Diversas maneiras foram encontradas pelos povos indígenas para garantir sua sobrevivência física e sócio-cultural. Atualmente, todavia, o acesso a escolas, postos de saúde, serviço militar são geralmente realizados mediante a posse de alguns documentos essenciais para a relação com nossa sociedade como a carteira de identidade ou o título de eleitor.

Por fim, a última das fontes utilizadas - e talvez a mais frutífera destas - é derivada da reunião promovida pelo INESC<sup>2</sup> cujo tema de discussão foi "Índios e Participação na Política" com depoimentos de antigos e atuais candidatos indígenas, parlamentares indígenas e pessoas ligadas ao movimento indígena. As vozes e falas presentes nessa reunião estarão citadas neste assunto na medida em que complementam o argumento exposto, incluindo-se em uma perspectiva metodológica.

### Eleições municipais de 1996 e 2000

A importância dos povos indígenas estarem presente nos espaços políticos não é novidade contemporânea ou advinda do amadurecimento político-organizacional de seus movimentos sociais. A participação na política legislativa brasileira é desejo do movimento indígena desde sua consolidação no início dos anos 80 (Ramos, 1998: 140). Já nesta época existiram tentativas de preenchimento desses espaços políticos, em uma nítida afirmação do grande valor em participar de instâncias políticas representativas da sociedade brasileira. Contudo as experiências indígenas nestas instâncias políticas não foram muito proveitosas, sobretudo na década de 80. A única experiência de um representante indígena no Congresso Nacional foi a de Mário Juruna, eleito deputado federal em 1982 pelo PDT - RJ, com forte apoio político de Leonel Brizola e votos de pessoas não indígenas. Assim como a própria criação da UNI<sup>3</sup>, a candidatura e eleição de Juruna revelaram um movimento de cima para baixo sem apoio pleno das comunidades indígenas. Apesar dessa expressiva experiência ter sido em esfera nacional, a maior presença indígena na política está concentrada localmente, principalmente nas câmaras municipais e assembleias de vereadores.

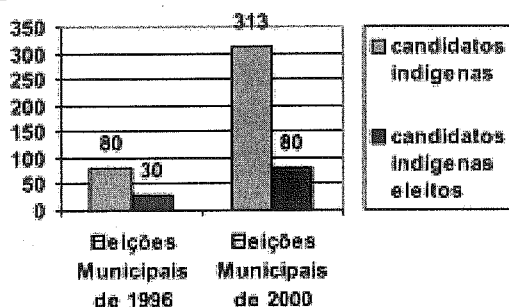
A experiência eleitoral indígena no Brasil passa pela presença etnicamente diferenciada nas câmaras de vereadores, contando com uma base eleitoral indígena mais solidificada que permitiu um crescente aumento de representantes indígenas em tais instâncias. Nas eleições municipais de 1996 encontramos cerca de oitenta candidatos indígenas com trinta eleitos. Nas eleições municipais do ano 2000, o quadro é ainda mais acentuado, apresentando trezentas e treze candidaturas indígenas com êxito em oitenta.

<sup>2</sup> Instituto de Estudos Socioeconômicos, com sede em Brasília-DF.

<sup>3</sup> União das Nações Indígenas criada em 1980, em plena ditadura militar, representava as nações indígenas. O termo nação foi extremamente criticado por parte do governo militar que o concebia como perda da soberania nacional. A Igreja, através do CIMI, incentivava seu uso em uma nítida briga entre as partes que historicamente exerceram o poder tutelar frente às populações indígenas. Por diversos motivos a UNI não resistiu ao tempo, e foi construída sem o apoio e constituição de organizações regionais como em outros processos de articulação étnopolítica latino-americana. (maiores detalhes Ramos 1998 Cap. 06).

Desse conjunto de políticos indígenas, setenta e três elegeram-se vereadores; seis vice-prefeitos<sup>4</sup> e um prefeito reeleito (Marcos Antônio dos Santos do povo Potiguara) na Baía da Traição - PB. Vale ressaltar que oito políticos indígenas foram reeleitos nessa oportunidade em todo território nacional. O Gráfico 01 nos mostra o aumento de representantes indígenas eleitos na última eleição municipal. Esses dados nos indicam a relevância e pertinência da participação política como mecanismo de luta social, expressa no visível crescimento da presença indígena nos espaços da política municipal. Esse movimento vem concomitantemente ao processo de descentralização de execuções de planos para educação e saúde e a percepção da importância da presença indígena nesses espaços decisórios da política e vida cotidiana dos municípios.

Gráfico 1



Ao atentarmos para os municípios com uma maior representatividade indígena nas instâncias governamentais locais, percebemos que geralmente tais municípios possuem uma alta taxa populacional indígena. Encontramos alguns municípios que contam com vários representantes indígenas na política local como Baía da Traição e Marcação na Paraíba<sup>5</sup>; São Gabriel da Cachoeira no Amazonas<sup>6</sup>; Oiapoque no Amapá<sup>7</sup>; São João das Missões em Minas Gerais<sup>8</sup> e Ipuacu em Santa Catarina<sup>9</sup> (Ricardo, 2000: 215-217). Outras localidades, como Feijó no Acre; Pau-Brasil e Santa Cruz Cabrália na Bahia; Ibimirim em Pernambuco e Cacique Doble no Rio Grande do Sul, elegeram em 2002 representantes indígenas mesmo em uma situação demográfica não muito expressiva, em torno de 10% da população desses municípios. Ainda nessa perspectiva, percebemos situações onde em alguns Estados a representação indígena nas esferas políticas municipais está intimamente associada a determinado povo. Por exemplo, no Estado do Acre todos os representantes indígenas são do povo Kaxinawá e na região Sul do país a grande maioria dos políticos indígenas são Kaingang.

<sup>4</sup> Atualmente são 05 devido ao assassinato do vice-prefeito de Ipuacu - SC, Orides Belino Kaingang em 2003.

<sup>5</sup> Seis candidatos indígenas eleitos na Baía da Traição e quatro em Marcação. Todos são Potiguara.

<sup>6</sup> São cinco candidatos indígenas eleitos nesse município. Dois são Tukano, dois são Baré e um Baniwa.

<sup>7</sup> São quatro indígenas eleitos nesse município. Dois são Karipuna, um Palikur e um Galibi-Maworno.

<sup>8</sup> Esse município conta com três indígenas Xacriabá eleitos.

<sup>9</sup> São quatro indígenas eleitos nesse município. Um deles é Guarani e os outros três são Kaingang.

Sobre o universo de 80 políticos indígenas eleitos nos pleitos de 2000 encontra-se um posicionamento diferenciado frente a questões comuns na política, como ideologia e filiação partidária. O multipartidarismo<sup>10</sup> em que estão inseridas as candidaturas indígenas revela uma outra ótica sobre o fazer político e uma nítida afirmação da importância que cada situação local tem de possibilitar uma candidatura indígena. Outra dificuldade é o próprio desconhecimento dos partidos políticos pelos candidatos indígenas:

... E aqui no Brasil, nós temos certos problemas, começando pelos partidos políticos. Nós temos lideranças indígenas nos partidos políticos diversos ... PMDB, PFL, PSDB, PT, PV ... e nenhum desses companheiros indígenas conhece muito bem o partido... muitas vezes eles são convidados ali porque os partidos enxergam é o eleitorado deles lá... nunca vi nenhum partido, em que os índios estão filiados, ter interesse em discutir com as comunidades, com as lideranças indígenas. Só aparecem na hora das eleições para buscar voto... (José Adalberto Macuxi, candidato à deputado federal no Estado de Roraima) (INESC, 2002: 25).

Talvez pelo peso que o eleitorado indígena concentra em algumas localidades no Brasil, como na região Norte, as lideranças indígenas de maior destaque são assediadas por partidos de diferentes histórias, dogmas, propostas e valores. Não se trata que os partidos políticos sejam uma unidade em si, já que inúmeras divisões e perspectivas diferenciadas coexistem dentro de uma mesma instituição política. Mas inegável também é o peso do eleitorado indígena em certas localidades brasileiras e a percepção deste eleitorado pelas forças políticas partidárias.

A noção de "tempo da política", ou seja, o período temporal próximo às eleições onde a política passa a ser discutida entre a população, existindo maior assédio para com os eleitores, pode ser um instrumento iluminador da questão entre povos indígenas e cidadania (Palmeira 1992). O próprio preconceito da sociedade nacional quanto a capacidade indígena de estar na frente de questões da política local favorece este quadro. Porém na época de eleições, as candidaturas a inúmeras prefeituras locais falam em defesa dos direitos de povos indígenas e da sua cidadania em si.

... O índio brasileiro, em função de todo este contexto, no município a gente dificilmente é reconhecido como munícipes, e nos Estados somos jogados para escanteio também. Nós só somos cidadãos dos Estados ou municípios na hora de votar. Aí nos vamos somar ... porque nas questões de saúde e educação

<sup>10</sup> Nos pleitos municipais de 2000 foram eleitos indígenas em dezessete partidos diferentes. O PMDB foi o que mais elegeu, com um número de treze indígenas eleitos. Logo em seguida, temos o PT com doze, seguido do PTB e do PPB ambos com seis. PPS, PSB e PDT elegeram cinco representantes indígenas, cada um. PL, PFL, PSC elegeram quatro candidatos indígenas. PSDB e PC do B elegeu três. PT do B e PSL elegeram dois candidatos. PV, PSD e PSDC elegeram apenas um representante indígena. Outros quatro candidatos indígenas eleitos tinham partido desconhecido ou ignorado (Ricardo, 2000: 215-217).

nas demandas das políticas públicas brasileiras nós somos execrados...(Söpren Xerente representante indígena no Conselho Nacional do Meio-Ambiente - CONAMA) (INESC, 2000: 43).

O próprio eleitorado indígena não pode ser considerado uma unidade em si. Pensar desta forma seria minimizar particularidades sócio culturais como o faccionalismo de alguns povos indígenas brasileiros bem como ignorar as escolhas subjetivas inerentes ao processo eleitoral. Uma das grandes críticas do movimento indígena é remetida àqueles indígenas e suas associações representativas que endossam perspectivas contrárias aos interesses indígenas mais amplos. Por exemplo, em Roraima, existem divergências entre organizações indígenas sobre o status da demarcação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, para alguns a área deve ser demarcada em ilha enquanto para outros, como o Conselho Indígena de Roraima, deve ser área contínua.

Essas mesmas rivalidades podem ser transplantadas para o plano político, já que este é fundamental na consolidação das políticas públicas locais. Muitos comentários enfatizavam o distanciamento que pode ocorrer entre vereador indígena e as organizações indígenas. Analisando os dados oferecidos por Ricardo (2000: 215-217)<sup>11</sup> percebemos que existem 32 etnias com representantes em instâncias políticas municipais, contudo essa informação não nos autoriza a afirmar que as etnias estão efetivamente representadas pelos indígenas eleitos.

... Vendo que tem um monte de índios eleitos, as organizações indígenas fazem reuniões separadas, sem chamar seus representantes, para discutir esses problemas. Quer dizer os vereadores estão isolados; as organizações indígenas tinham que chamar esses vereadores para discutir o que tem que ser levado na Câmara ... (José Adalberto Macuxi) (INESC, 2002: 27).

Inserida nessa dinâmica, há situações onde o candidato indígena eleito obteve o apoio político-eleitoral de representantes de setores com um sentimento tradicionalmente "anti-indígena" como ruralistas, comerciantes, madeireiros, latifundiários, etc. Este é outro ponto onde as relações interétnicas brasileiras ganham uma dimensão da cooptação das lideranças indígenas para revestí-las contra outros segmentos do movimento indígena.

Interessante é verificar a relação entre povos, organizações e políticos indígenas. Não se pode condicionar o apoio direto entre estas partes, nem entre organizações indígenas e comunidades representadas (com frequência existem disputas por poder e acusações mútuas) e menos ainda entre comunidades e políticos indígenas.

---

<sup>11</sup> Trinta e duas das duzentas e quinze etnias existentes no território nacional conseguiram obter êxito em pelo menos uma candidatura indígena. Apresento a lista desses povos: Atikum, Baniwa, Baré, Canela, Guarani, Kambeba, Kambiwá, Kadiwéu, Kaingang, Kaxinawá, Macuxi, Marubo, Maxakali, Munduruku, Mura, Palikur, Galibi-Maworno, Karipuna, Pankararé, Pankararú, Pataxó, Pataxó Hã-Hã-Hãe, Potiguara, Sateré-Mawé, Térena, Tikuna, Tukano, Tuxá, Wapichana, Xacriabá, Xavante e Xokleng.

... Alguns vereadores indígenas .... muitos deles conversavam em reuniões que nem as lideranças de suas aldeias participavam ... Se o vereador não tem o apoio da comunidade, fica difícil. Se não tem uma assessoria sobre lei de responsabilidade fiscal, sobre orçamento...dificilmente ele vai conseguir votar um projeto benéfico para nossa comunidade...(Agnaldo Pataxó, Vereador de Pau-Brasil-BA) (INESC, 2002: 34)

Esses caminhos são fundamentais na construção de uma política feita por representantes indígenas com resultados proveitosos para suas comunidades. Porém a política entra na dinâmica da constituição das lideranças locais sob uma maneira extremamente singular, interferindo na própria imagem do candidato indígena perante sua comunidade. Vale ressaltar que normalmente esses candidatos são lideranças de destaque em suas aldeias, o que lhes legitima almejar um cargo político na sociedade nacional.

... Em 94, fui candidato a deputado estadual pelo PT. Era eu e mais outro companheiro... pelo PT também para deputado federal... Acontece que nós fomos escolhidos durante uma assembléia de tuxauas que de fato apóiam os candidatos, mas a comunidade não apóia por motivos diversos... essa relação de paternalismo com as prefeituras, com os candidatos que de fato compram o voto... a gente não tem apoio para fazer campanha. E isso tem contribuído de forma desgastante para nossas lideranças... Porque tivemos a experiência de que a política tem queimado muito das nossas lideranças. Conheço algumas de Roraima, que eram caciques muito fortes, mas uma vez que entraram na política, no primeiro ou no segundo mandato praticamente desapareceram. Perderam a credibilidade da população não porque quiseram isto. Mas você entra na política sem nenhum conhecimento, termina assinando tudo o que o Executivo quer, o que os outros políticos querem... (Euclides Macuxi representante da COIAB) (INESC, 2000: 15 e 16).

A preparação e efetiva capacitação das lideranças indígenas que se candidatam a ocupar um cargo político é ponto fundamental na articulação positiva da ocupação desses espaços. Os inúmeros mecanismos fiscais; a retórica própria ao universo político; os caminhos para obtenção de financiamento e verba orçamentária e as pressões político-partidárias são aspectos que qualquer candidato eleito está sujeito. Esse é um ponto central no qual os povos indígenas precisam atuar de forma mais centrada com intuito de minimizar tais problemas. Mesmo que tenhamos 80 políticos indígenas, diversos fatores nos autorizam a refletir que desse universo somente uns poucos estão utilizando as possibilidades que um mandato oferece de maneira proveitosa para a conquista dos direitos dos povos indígenas.

Além da possibilidade da liderança ter seu papel político tradicional questionado após uma experiência na política ou de candidatura, há também



o problema da diluição da liderança dentro das comunidades indígenas por conta da formação de novas categorias sociais com suporte para exercer liderança na aldeia, além de representar a comunidade em diversos contextos externos. Esta reconfiguração do poder da liderança tradicional dentro de uma comunidade indígena passa a refletir também na esfera política dos votos, e todas essas forças políticas precisam caminhar com um objetivo em comum para o êxito na eleição de representantes indígenas.

... Você tem várias lideranças que são interlocutores da comunidade: o professor fala pela escola; os agentes de saúde falam pela saúde. Então aquele papel da liderança do cacique, que teria todas essas reivindicações centradas nas suas mãos, termina se diluindo. Então dentro da comunidade você passa a ter vários poderes que escapam do controle, da administração do tuxaua e isso se reflete na questão dos votos. Isto tem repercussão nas nossas atividades... (Euclides Macuxi) (INESC, 2002: 17)

Este ponto merece ser detalhado com mais atenção. O argumento central nos leva à constatação que nem sempre existe apoio e aceitação direta das diretrizes propostas pelas associações e organizações indígenas. A questão eleitoral expõe muito bem este tópico, no sentido que muitas vezes os candidatos escolhidos por lideranças indígenas em suas reuniões regionais para representarem seus interesses no processo eleitoral não tem os votos dessas comunidades. Inúmeros fatores podem contribuir para este processo descrito, como por exemplo, a influência de agentes externos (Igreja, ONG's etc.), as rivalidades políticas e disputas pelo poder dentro do grupo indígena e entre suas associações representativas, a subjetividade inerente ao voto ou os laços que ligam um eleitor a um candidato (apadrinhamento, compra de voto, etc).

### **Povos indígenas e eleições federais**

Outro plano ainda não trabalhado é a amplitude do voto indígena que está intimamente conectada aos dois contextos eleitorais encontrados na realidade política brasileira: municipal e federal. Se existem inúmeras localidades no interior do Brasil cuja população indígena é considerável, o mesmo não é revestido para o plano das eleições federais. Na realidade municipal o voto indígena possui a amplitude para eleger candidatos e estes espaços políticos locais podem ser essenciais na uma busca por cidadania para as comunidades indígenas, principalmente com o movimento de municipalização de diversos setores e ações governamentais, e os movimentos indígenas reconhecem perfeitamente esse ponto. Porém se transplantarmos para o plano federal a situação é substancialmente diferenciada.

A população indígena no país representa apenas cerca de 0,2% do total da nossa população. Nesta perspectiva, somente pelo voto indígena não seria possível eleger senadores, deputados federais ou estaduais. Para esses

pleitos, a quantidade de voto necessária é muito maior que a amplitude alcançável pelo eleitorado etnicamente diferenciado no Brasil. Contudo existem poucas exceções, como os Estados do Amazonas e de Roraima, mas conforme vimos acima, inúmeros interesses visam dividir o voto dos indígenas, cooptar lideranças ou comprar o voto indígena. Apesar de estarem conectadas, as eleições federais não são exatamente iguais às municipais. Como não correspondem à uma mesma realidade, exigem estratégias diferenciadas para cada processo. Por exemplo, na realidade local muitas vezes a defesa dos direitos dos povos indígenas pode ser uma retórica com êxito eleitoral. Porém em uma perspectiva mais ampla, onde o voto indígena por si só não seja capaz de efetivar uma candidatura, é preciso juntar forças e olhar para os problemas da sociedade nacional como um todo procurando arrematar votos "brancos" também. E sabe-se que em outros momentos da história da democracia brasileira, refiro-me aqui à ditadura militar, houve um sentimento que uniu a perspectiva de luta pelos direitos indígenas com os direitos à liberdade democrática, segundo as palavras de Alcida Ramos "... o inimigo comum: estes no poder ..." (1998: 120). Não é impossível, portanto, colocar em uma mesma iniciativa interesses da sociedade nacional (ou de parte dela) e interesses do movimento indígena.

Baseado nas experiências dos movimentos indígenas de outros países, como Bolívia, Colômbia, Equador, Guatemala e Noruega, as organizações indígenas brasileiras estão buscando articular uma resposta consistente diante das iniciativas oriundas de dentro do Congresso Nacional a fim de reconhecer o direito dos indígenas serem representados nessa casa. A articulação encabeçada pela COICA, pela APOINME e pela COIAB promoveu a organização de um seminário internacional, dentro do Congresso Nacional, cuja intenção era fomentar o debate sobre a presença indígena no parlamento nacional bem como a discussão sobre a presença indígena na política municipal brasileira e nos parlamentos de outros países latino-americanos. Discutiu-se exaustivamente o tema, com dois grandes grupos de trabalho: um sobre a eleição no âmbito local e outro sobre o âmbito federal. Uma resposta unificada ainda não foi consolidada, mas os movimentos indígenas regionais estão articulando uma estratégia comum que pode vir a se consolidar nas próximas eleições federais.

## Conclusão

A temática da inserção indígena nos espaços políticos eletivos nos traz um exercício estimulante por diversos fatores. Um deles é o caráter atual da questão aliado seguramente à valorização desse tema para os movimentos indígenas no Brasil, como o exposto pelos representantes amazônicos (COIAB 2002). A perspectiva de estar adentrando em um campo de investigação sociológica com poucas tentativas de reflexão também é estimulante.

Sobre o processo em si, espero ter sido claro quando afirmo que a experiência indígena na política governamental brasileira é principalmente na esfera municipal. Como vimos, existem diversos aspectos cuja atuação

colaboram para consolidar esse quadro. Entre eles, podemos destacar os municípios com grande eleitorado indígena, a dificuldade de conseguir grandes quantidades de votos para eleger representantes estaduais ou federais e as experiências desgastantes das candidaturas indígenas a cargos políticos na década de 80. Contudo a presença indígena nos espaços políticos da esfera municipal é um avanço político tanto para a democracia brasileira como para a consolidação dos direitos sociais dos povos indígenas no Brasil. Esses espaços são fundamentais nas execuções de ações práticas do cotidiano dos municípios como controle orçamentário, participação nas discussões sobre implementação de verbas e recursos e uma série de outros benefícios.

Outro aspecto relevante é a percepção dos movimentos indígenas da necessidade de estarem presentes e bem representados nos espaços políticos. Isto vai de encontro à constatação da luta do próprio movimento de ir rompendo barreiras historicamente estimuladas pelo Estado brasileiro visando dificultar e impedir que os povos indígenas decidam autonomamente e debatam exaustivamente com a sociedade nacional o futuro de suas comunidades. Temos este processo ocorrendo há séculos, perpassando as políticas indigenistas integracionistas coloniais, imperiais e republicanas. Órgãos como o SPI e posteriormente a FUNAI foram concebidos dentro da mentalidade tutelar do Estado brasileiro para com as populações indígenas (Souza Lima 1995). É inegável, todavia, afirmar que as iniciativas dos povos indígenas em estarem representados politicamente nas esferas governamentais seja uma postura que diverge daquela proposta por um Estado tutelar.

A conscientização do movimento indígena para discutir esse ponto reflete um amadurecimento do papel e atitude para com a luta pelos direitos indígenas. Mas, todavia, existem inúmeras dificuldades que precisam ser tratadas diretamente se tiver de utilizar os espaços políticos oficiais como outro campo nas disputas interétnicas no Brasil. Um desses obstáculos é criar condições propícias para o fluxo de diálogo e de sintonia das ações entre comunidades, políticos e os movimentos indígenas. Parte-se do pressuposto que esses movimentos, atualmente não mais unificados nacionalmente, estão procurando articular-se local, regional e interregionalmente com o intuito de promover cidadania às comunidades indígenas e respeito aos direitos sociais já adquiridos. A política governamental, com certeza, oferece um amplo espaço institucional para pleitear avanços.

A partir das experiências eleitorais municipais de 1996 e 2000, onde se percebeu um aumento da presença indígena na política municipal, ficou claro alguns comportamentos. Apesar de ser um espaço benéfico na disputa por direitos, a política pode ser bastante perigosa e desgastante para as lideranças que nela se aventuram. O despreparo para ocupar a função é um destes fatores. Estar na política de forma proveitosa é saber utilizar os espaços e as possibilidades que ela oferece, exigindo conhecimentos, muitas vezes não presentes nos candidatos indígenas. Esse despreparo institucional pode facilitar enganamentos, cooptações e apoio a causas contrárias aos interesses indígenas mais amplos.

Desse mesmo ponto, destaco ainda a necessidade dos movimentos indígenas, através de suas organizações mais expressivas, estarem se articulando com as lideranças indígenas eleitas para exercerem cargos políticos. Quanto mais frutífera for esta conexão maior será o êxito na luta dos direitos indígenas e, sobretudo, sua aplicação no cotidiano dos municípios. Essa articulação atualmente não se encontra da melhor maneira possível, porém através da percepção e da análise dos fatos é que poderemos encontrar soluções e saídas criativas.

É preciso diferenciar bem o processo eleitoral municipal do federal, no que diz respeito à traçar estratégias para eleger lideranças indígenas. Na realidade federal, somente poucos Estados podem eleger indígenas com voto exclusivamente indígena, mas mesmo nestes estados existem estruturas que recortam as comunidades indígenas, dividindo-as e desarticulando as pretensões de ocupar espaços políticos no parlamento nacional.

Se o próprio Congresso Nacional já reconheceu a necessidade de criar mecanismos para representatividade indígena no parlamento brasileiro (PEC 146) e os movimentos indígenas sempre desejaram ocupar esse espaço, talvez seja esse o "tempo para a política", parafraseando a noção de Moacir Palmeira (1992). Existem condições que favorecem a discussão desse tema, devendo-se refletir se o processo eleitoral em vigor no país é capaz de permitir o acesso a representantes das comunidades indígenas à Câmara de Deputados e/ou Senado. É preciso refletir, caso se constate o contrário, quais seriam os modelos representativos da alteridade no Congresso e articular caminhos dentro do Legislativo com intuito de fazê-los uma realidade concreta.

No âmbito da política local, a perspectiva é que aumente o número de políticos indígenas eleitos nas próximas eleições, além da probabilidade de se alcançar cargos de maior peso político local, tais como as prefeituras. Atualmente a realidade indígena na política dos municípios é quase que totalmente nas assembleias de vereadores, mas há condições para transcender este espaço e chegar às prefeituras. Porém é preciso capacitar as lideranças, instrumentalizá-las com assessoria para que consigam, tramitar nos caminhos próprios da política nacional. Seguramente é preciso abrir os caminhos para a presença indígena efetiva e eficiente dentro da política oficial brasileira. Os próprios indígenas — via seus movimentos sociais — já estão construindo estas trilhas.

## Bibliografia

- AZEVEDO, Marta: "Censos Demográficos e os Índios: Dificuldades para Reconhecer e Contar". In: Ricardo, C. A. (Editor) *Povos Indígenas do Brasil*, 1996-2000p. 79-83.
- BEZERRA, Marcos Otávio. 1999. *Em Nome das "Bases": política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política.

- CARDOSO de OLIVEIRA, Roberto. 1996. *O Índio e o Mundo dos Brancos*. Campinas-SP: Editora da Unicamp.
- \_\_\_\_\_. 1978. *A Sociologia do Brasil Indígena*. Brasília; Rio de Janeiro. Editora Universidade de Brasília; Tempo Brasileiro.
- COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira): Manifesto das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira em Apoio a Participação das Comunidades Indígenas nas Eleições de 2002. Belém-PA: 28 de março de 2002.
- FUNASA (Fundação Nacional de Saúde): Informações Sobre os Distritos Sanitários Especiais Indígenas; extraído da homepage da FUNASA (<http://www.funasa.gov.br>) em 24-10-2000.
- INESC: Relatório da Reunião sobre Índios e Parlamentos, 2002.
- LEAL, Victor Nunes. 1975. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: AlfaOmega.
- PALMEIRA, Moacir. 1992. "Voto: racionalidade ou significado" em *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 07 n° 20, outubro.
- RAMOS, Adriana. 2002. "Os Índios e o Novo Congresso Nacional". In: Souza Lima, A.C & Barroso-Hoffmann, M. (orgs.). *Além da Tutela: bases para uma nova política indigenista III*. Rio de Janeiro: Contra-Capa Livraria/LACED.
- RAMOS, Alcida Rita. 1998. *Indigenism: Ethnic Politics in Brazil*. The University of Wisconsin Press.
- RICARDO, Carlos Alberto (org.) 2000. *Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000*. São Paulo: Instituto Socioambiental - ISA.

## RESUMO

*Democracia Pluriétnica, Municípios e Parlamentos: presença e construção da participação indígena nos espaços políticos eletivos brasileiros*

Esse artigo aborda a inserção dos povos indígenas na política oficial brasileira, tanto nas esferas local quanto federal. A participação indígena na política oficial brasileira está, geralmente, nas instâncias municipais. O objetivo principal desse artigo é analisar o universo envolvendo disputa de poderes e participação política, ressaltando as especificidades do caso brasileiro.

Palavras-chave: povos indígenas, política brasileira, autonomia étnica.

## ABSTRACT

*Democracy, Pluriethnicity, Municipalities and Parliaments: presence and construction of indigenous participation in Brazilian electoral political spaces.*

This article is about the insertion of indigenous people in official politics in Brazil, both in local and federal instances. The indigenous participation in Brazilian politics is generally in municipal instances. The main purpose of this article is to analyze the universe of power disputes and political participation, stressing the difficulty and specificities of indigenous access in Brazilian political scenario.

Keywords: indigenous people; Brazilian politics; ethnic autonomy